

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)

Ariela Sousa Soares¹

Maryângela Aguiar Bittencourt²

RESUMO

O presente trabalho propõe fazer uma análise das políticas públicas de inclusão de alunos surdos nas escolas superiores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em Manaus, marcado principalmente pela presença de intérpretes e tradutores de libras nas salas de aula acompanhando esses alunos. O artigo aborda uma introdução sobre o conceito de políticas públicas, principalmente no que diz respeito a políticas públicas de inclusão, e um esclarecimento sobre a legislação voltada para as pessoas surdas. Foi realizada uma pesquisa documental sobre as ações inclusivas para os estudantes surdos nas dez melhores universidades do Brasil, segundo o Ranking Universitário da Folha de 2019 (RUF). A pesquisa é qualitativa e contou com o uso de entrevistas semi-estruturadas para dar mais liberdade nas falas dos entrevistados. Os instrumentos foram aplicados nos profissionais de Libras que atuam nas unidades da UEA que possuem alunos surdos. Além dos intérpretes foram analisadas outras formas de inclusão, como cotas para pessoas com deficiência, apoio dos professores e oferta de material didático. Ao final, foi feita uma reflexão sobre o assunto e sugeridas algumas recomendações para o desenvolvimento na área.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas Públicas; Estudantes Surdos; Inclusão na Universidade.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of public policies for the inclusion of deaf students at the Amazonas State University's (UEA) superior schools of Manaus, characterized mainly by the presence of interpreters and translators of deaf sign language in the classrooms accompanying these students. The article presents an introduction to the concept of public policies, especially in regard to public policies of inclusion, and an explanation of the legislation dedicated to deaf people. A documentary research on inclusive actions for deaf students was conducted in the top ten universities in Brazil, according to the Folha University Ranking 2019 (RUF). The research is qualitative and had the use of semi-structured interviews to give more freedom in the interviewees' statements. The instruments were applied to deaf sign language professionals from UEA units that have deaf students. In addition to the interpreters, other forms of inclusion were analyzed, such as scholarships for people with disabilities, teacher support and provision of teaching material. After all, a reflection on the subject was made and some recommendations for development in the area were suggested.

KEYWORDS: Public Policies, Deaf Students; Inclusion in University

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, da Escola Superior de Ciências Sociais (ESO), e-mail: arielasoares@gmail.com

² Professora Doutora Orientadora do Curso de Administração da Universidade do Estado do Amazonas - UEA

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2017, 360 milhões de pessoas no mundo possuem problemas auditivos provocados por inúmeras causas. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), o censo de 2010 auferiu o total de 9.717. 318 de pessoas surdas no país. Conforme Ricardo Bento, professor de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina (FM) da USP, em entrevista ao jornal da USP em 2017 o número de pessoas surdas tende a aumentar, devido ao crescimento da expectativa de vida e à progressiva exposição de pessoas a ruídos.

Segundo Mori e Sander (2015, p. 9), “a primeira escola para surdos no Brasil foi aberta apenas durante o reinado do imperador Dom Pedro II”. De 1857 a 2019, a população surda conquistou diversos direitos. A Lei N° 10.436/02 legitimou a Língua Brasileira de Sinais como “meio legal de comunicação e expressão” (Brasil, 2002). Outro marco importante na legislação foi o Decreto N° 5.626/05, no qual a modalidade de Libras passou a ser incorporada às grades curriculares dos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia como disciplina obrigatória e nos demais cursos como disciplina optativa. O Decreto também regulamenta as normas para formação de professor e instrutor de libras (Brasil,2005).

De acordo com dados do Ministério da Educação, no ano de 2003, antes do Decreto n° 5.626/05 ser editado, apenas 665 deficientes auditivos frequentavam o ensino superior. Contudo, em 2005, no ano da edição do Decreto, esse número aumentou para 2.428, indicando um aumento de mais de 100% no período antes e depois do decreto (Brasil, 2006). Em 2011, segundo o Relatório Pedagógico ENEM 2011-2012, 4.917 surdos e 4.218 deficientes auditivos se inscreveram para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma das portas de entrada para o ensino superior. Já em 2012 esses números subiram para 5.634 surdos e 4.728 deficientes auditivos, evidenciando o aumento de surdos e deficientes auditivos buscando uma vaga para as universidades públicas e privadas (Brasil, 2012).

Não obstante os avanços no que diz respeito ao ingresso dos surdos no ensino superior no Brasil, a população surda encontra obstáculos após essa etapa. Segundo o estudo feito por Foster, Long e Snell (1999, p. 233) “os estudantes ouvintes e surdos possuem o mesmo nível de comunicação e aprendizagem, porém estes se sentem menos integrados à vida universitária”. Ainda de acordo com o estudo, “muitos professores não se preocupam em adaptar suas aulas aos estudantes surdos, deixando a sua educação a cargo dos intérpretes de

libras”. Monteiro (2006, p 295) afirma que “os surdos ainda encontram dificuldades em encontrar profissionais de Libras de qualidade”.

O artigo procura analisar as políticas públicas de inclusão dos estudantes surdos na UEA, se essas ações estão sendo suficientes para garantir a completa inclusão deles na universidade. A fundamentação teórica está dividida em três conceitos fundamentais: Políticas Públicas, Atos do Governo Brasileiro para Pessoas Surdas e Ações das Universidades Públicas na Inclusão dos Estudantes Surdos. Através desses tópicos será possível fazer um panorama nacional sobre a situação dessas políticas públicas. Em relação a pesquisa na UEA, foram realizadas entrevistas com os intérpretes de Libras que atuam na universidade, a análise deste material e mais alguns documentos da UEA sobre os estudantes surdos estão na Análise de Resultados. O estudo busca trazer alguma contribuição para a discussão das políticas públicas de inclusão nas universidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado deve ser um dos principais agentes responsáveis pelo combate à exclusão social e pela garantia de igualdade a todos. “Ele atua como um mediador entre diversos atores políticos, como regiões e municípios, ONGs, fundações, empresas privadas, movimentos sindicalistas, organizações religiosas, Instituições de Ensino Superior, entre outros setores da sociedade” (Kliksberg 1998, *apud* Matiskei 2004, p. 188). As políticas públicas são um dos instrumentos que o governo dispõe para atingir esse objetivo.

Cabral Filho e Huck (2007, p. 76) conceituam “políticas públicas como estratégias de ação estatal à consecução de objetivos políticos nos mais diversos domínios da vida em sociedade. Elas são um dos principais instrumentos da Administração Pública no âmbito federal, estadual ou municipal, auxiliando os governos a alcançarem a finalidade da gestão pública”. Essa finalidade pode ser definida como “a prestação de serviço aos cidadãos, responder às demandas da sociedade por bens e serviços públicos de qualidade, promover a pessoa humana e o seu desenvolvimento integral em liberdade” (Kanaane, Filho e Ferreira, 2010, p. 12).

Geralmente ocorrem num espaço tenso, no qual muitas vezes os interesses do Estado são antagônicos aos da população. Esse conflito pode também ocorrer dentro do próprio governo ou da sociedade. A política pública é formada por três elementos básicos, sendo eles o alcance de metas ou objetivos, uso de recursos legais e a temporalidade.

As políticas públicas de inclusão são aquelas que visam devolver os direitos expropriados de cidadãos, reparando a dívida social que o Estado tem com eles. Matiskei (2004, p. 186) argumenta que

pensar em políticas públicas de inclusão significa planejar e implementar projetos que ampliem as possibilidades de acesso e inserção social dos diferentes grupos marginalizados, seja por sua situação de pobreza extrema, por sua condição de cor, raça e etnia, por diferenciações em sua compleição física ou cognitiva, por vulnerabilização por sua escolha política, religiosa ou de orientação sexual, entre tantas outras possibilidades (MATISKEI, 2004, p.186).

As políticas públicas de inclusão podem ser consideradas como ações afirmativas. Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), as ações afirmativas são

políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão sócio-econômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural (GEMAA).

A quantidade de ações afirmativas varia de acordo com as instituições. No caso das universidades estaduais depende da riqueza de cada estado. Feres Junior (2008, p. 43) afirma que “as instituições estaduais foram pioneiras na adoção dessas políticas”. As ações afirmativas não se resumem a cotas, elas também podem ser de acréscimo de pontos, acréscimo de vagas, entre outros. Segundo Feres Júnior (2008, p. 49), “existem três argumentos básicos para justificar as ações afirmativas: a reparação, a justiça social e a diversidade”. A reparação e a justiça social focam nos grupos menos privilegiados, buscando elevá-los ao nível dos mais favorecidos. Enquanto o argumento da diversidade mira em todos os grupos, estabelecendo a igualdade entre todos.

2.2 ATOS DO GOVERNO BRASILEIRO PARA PESSOAS SURDAS

O Estatuto da Pessoa com Deficiência instituído pela Lei N° 13.146/15 é um dos principais instrumentos legislativos de amparo a população com deficiência. A inspiração

para a realização do Estatuto veio depois da Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência, realizada no ano de 2007 em Nova York, EUA.

A principal meta do Estatuto é assegurar o pleno gozo dos direitos e das liberdades para as pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Entre os direitos fundamentais assegurados a eles estão o direito à vida, à habilitação e à reabilitação; direito à educação, ao trabalho, à assistência social, entre outros. O próprio Estatuto traz o conceito de pessoa com deficiência no art. 2º

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Em relação aos surdos o primeiro grande marco da legislação contemporânea voltada a eles é o capítulo VII da Lei nº 10.098/00, que implementa a formação de profissionais de Libras e garante acesso à comunicação, através da linguagem de sinais.

Em abril de 2002 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi instituído a Lei nº 10.436/02. Essa lei é um dos primeiros instrumentos jurídicos brasileiros que trata especificamente dos deficientes auditivos. Ela foi responsável por legitimar a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação e expressão. O poder público deve apoiar e divulgar essa forma de comunicação. A lei destaca que as instituições de saúde e de educação devem possuir pessoas capacitadas para atender o público surdo. Além disso, as instituições de educação devem promover o ensino das Libras, como descrito no artigo 4º

O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

Durante seu mandato, o presidente Luíz Inácio Lula da Silva instituiu o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00. Esse novo texto complementa o que já foi exposto nas duas leis citadas acima. Destaca-se que a partir deste decreto é considerado surdo pela lei brasileira aquele que compreende e interage com as outras pessoas através de experiências visuais, principalmente por meio da linguagem de Libras.

A partir do decreto a Libras tornou-se disciplina obrigatória nos cursos de magistérios (entende-se como cursos de magistérios Pedagogia, Educação Especial e licenciaturas

variadas) e de Fonoaudiologia de instituições públicas e privadas. Nos outros cursos superiores e profissionais ela deve ser inserida como disciplina optativa.

O Decreto nº 5.626/05 também regulamenta a formação de professores e instrutores de Libras. As pessoas surdas têm prioridades nos cursos de formação para exercer essas profissões. Para dar aulas de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior “é necessário ter nível superior, em curso de graduação plena em Letras: Libras/ Língua Portuguesa como segunda língua” (BRASIL, 2005).

A formação do instrutor de Libras difere do exigido dos professores. “Para os instrutores de nível médio a legislação pede cursos de formação profissional, cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação” (BRASIL, 2005). Em relação ao nível superior, caso não haja docente pós-graduado ou graduado em Libras, a função pode ser ocupada por professores de Libras, instrutores ou professor ouvinte bilíngue.

Além do professor e do instrutor, existe o profissional tradutor e intérprete de Libras. Para sua formação é exigido o curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – Língua Portuguesa. A lei prevê que “sua formação pode ser feita através de cursos de educação profissional; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação” (BRASIL 2005). Todas as instituições de ensino devem ter um profissional de Libras em seu quadro de funcionários.

É dever de todas as instituições de ensino assegurar o acesso das pessoas surdas à comunicação, à informação e à educação, incluindo estes em suas atividades. A instituição não apenas deve ter um profissional de Libras, mas também precisa fornecer toda a estrutura pedagógica que esses estudantes necessitam para se desenvolver. Entre as ações que podem ser adotadas a fim de suprir essas necessidades estão incentivar o uso e a divulgação das Libras na comunidade escolar, adaptar seus métodos avaliativos e facilitar o acesso desses alunos a recursos tecnológicos que possam ajudar na sua aprendizagem. O profissional de Libras não atuará apenas em sala de aula, ele auxiliará o aluno surdo nas suas dificuldades escolares e no seu desenvolvimento educacional.

2.2 AÇÕES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

As universidades públicas brasileiras já estão adotando medidas em prol da inclusão dos estudantes surdos. Uma dessas ações é a cota para PCD (Pessoas com Deficiência); este grupo foi incluindo na Lei N° 12.711 de 29 de agosto de 2012, mais conhecida como a Lei das Cotas. De acordo com o artigo 3° desta Lei

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1° desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Brasil, 2012).

A Lei dá obrigatoriedade apenas para as instituições federais, porém muitas universidades estaduais já adotaram as cotas. Além disso, muitas instituições oferecem atendimento especial para aqueles que na inscrição do vestibular se identificam como deficientes. É importante destacar que esse atendimento ocorre apenas se o candidato apresentar um laudo médico comprovando sua deficiência.

Os pontos a seguir comparam os dados das dez melhores universidades brasileiras, segundo o Ranking Universitário da Folha de 2019 (RUF)³, e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em relação à existência de cotas PCD. Os dados foram retirados dos editais de vestibular das universidades.

- Nas instituições como UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPR, UNB, UFPE e UEA a oferta de cotas é especificada no edital do vestibular;
- Já em faculdades como USP, UNICAMP e UNESP, não fica evidente no edital a existência dessas cotas.

Analisando estes resultados, percebe-se que as federais se comportam de maneira similar, ou seja, todas ofertam cotas para Pessoas com Deficiência. Esse comportamento é esperado, visto que a Lei N° 12.711/12 dá obrigatoriedade de cotas PCD para as instituições

³ As dez melhores universidades brasileiras segundo o Ranking Universitário da Folha de 2019 são USP (Universidade de São Paulo), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UNB (Universidade de Brasília) e UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)

federais. Algumas instituições federais, como UFMG e UFPE, usam o ENEM⁴ como principal forma de ingresso de aluno, seus editais de concurso são específicos para algumas áreas. Em relação às estaduais, há diferença nos procedimentos, enquanto a UEA oferta essas vagas, na USP, UNICAMP e UNESP não consta nenhum item específico relacionado às cotas nos seus editais, essas instituições apenas fornecem instruções para matrícula e atendimento especial para este público.

Em alguns cursos, como Letras/Libras, o número de vagas para cotas PCD é maior, pois, segundo o Decreto n° 5.626/05, as pessoas surdas têm prioridade neste curso. Cabe ressaltar que as universidades que oferecem a graduação em Letras/Libras disponibilizam o edital em Libras para os candidatos surdos. Em relação às universidades supracitadas, quanto à oferta deste curso, tanto bacharelado quanto licenciatura, foram levantadas as seguintes informações:

- O curso de bacharelado ou licenciatura é encontrado na UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPR, UNB e UFPE;
- Na USP e na UNESP há a modalidade de curso *on-line*;
- Por fim, a UNICAMP e a UEA são as únicas a não ofertarem graduação em Letras-Libras.

A existência de curso de Libras nas universidades analisadas apresenta um resultado homogêneo à oferta de cotas. Novamente é possível perceber que as instituições federais apresentam o mesmo comportamento - neste caso todas têm o curso de bacharelado ou licenciatura em Letras/Libras. Na USP e na UNESP existe a modalidade *on-line*, porém não possui o nível de bacharelado. Finalmente, a UNICAMP e a UEA não ofertam cursos de Libras de maneira regular.

As universidades também dão apoio ao estudante surdo que já se encontra matriculado. Além dos intérpretes, que são necessários para que esses alunos consigam acompanhar as aulas, algumas instituições apresentam grupos de estudos, projetos de extensão, além de outras atividades que buscam divulgar a cultura e a identidade surda para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, aperfeiçoando a aprendizagem dos alunos surdos. Os quadros abaixo mostram as principais ações para os surdos realizadas nas universidades

⁴ Exame Nacional do Ensino Médio.

federais e estaduais anteriormente citadas. Os dados foram retirados a partir dos sites institucionais das universidades.

Quadro 1–Ações de pesquisa e promoção de inclusão dos alunos surdos nas universidades estaduais pertencentes ao grupo de melhores universidades brasileiras, conforme Ranking Universitário da Folha de 2019 (RUF) mais a UEA.

Universidade	Projetos de Extensão	Grupos de Pesquisa	Outras Ações
USP	Libras na Ciência ⁵	GESLIQUE - Grupo de Estudos Libras em Questão ⁶	Oferecem bancas traduzidas em Libras.
UNICAMP	Projeto TAS – Tecnologia Assistiva para Surdos ⁷	GESTEC - Grupo de Estudos Surdos e Novas Tecnologias ⁸	Central de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Tils) ⁹
UNESP	Curso de extensão de Teatro em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).	Grupo Épura – Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Matemática Inclusiva ¹⁰ Grupo de Pesquisa: A Inclusão da Pessoa com Deficiência e os Contextos de Aprendizagem e Desenvolvimento ¹¹	Curso de Especialização em Educação Especial na área de Deficiência Auditiva/Surdez Existência da Comissão Permanente de Inclusão e de Acessibilidade da Unesp ¹²
UEA	Núcleo de Libras ¹³ Escola de Libras ¹⁴	GEPELISA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Língua de Sinais na Amazônia ¹⁵	Roteiro Turístico Inclusivo para Pessoas Surdas ¹⁶ Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas - PIAPNE -UEA ¹⁷

Fonte: Quadro construído por elaboração própria a partir de dados disponibilizados nos sites institucionais das universidades

⁵ Projeto que auxilia alunos e professores surdos da USP através de aulas em Libras. Contudo seu objetivo principal é ofertar o ensino da ciência para os alunos surdos do ensino fundamental.

⁶ Grupo de estudo voltado para discussão o ensino de libras e a educação dos surdos

⁷ Projeto de extensão cujo objetivo é melhorar a acessibilidade dos alunos surdos ao material escrito e ajudá-los a dominar o Português como segunda língua

⁸ Grupo de UNICAMP que busca reunir pesquisadores, professores, alunos da Faculdade de Educação e demais interessados para discutir sobre a vivência surda e tecnologias que podem auxilia-los

⁹Grupo de intérpretes e tradutores de libras que buscam auxiliar os alunos surdos da universidade.

¹⁰ Grupo de pesquisa cujo objetivo é discutir o ensino da Matemática para alunos deficientes, entre eles os estudantes surdos, na educação de base.

¹¹ Realiza estudos e pesquisas com o objetivo de conduzir a construção de espaços educacionais inclusivos, de forma que os deficientes consigam vivenciar os Direitos Humanos.

¹² Comissão formada por membros da UNESP que visa dar apoio aos estudantes deficientes.

¹³ Projeto no qual os alunos da UEA fluentes em Libras prestam serviços como tradução de material, auxílio aos professores, edição de vídeos, desenvolvimento de software etc.

¹⁴ Projeto de extensão que oferece cursos, minicursos e palestras voltados a Libras e cultura e identidade surda.

¹⁵ Grupo de pesquisa focado na Língua de Sinais e no estudo dessa língua no contexto amazônico.

¹⁶ Projeto no qual alunos da UEA atuam como guias turísticos no Bosque da Ciência em Manaus. O diferencial deste passeio é o fato dele ser feito em Libras.

¹⁷ Programa que tem como objetivo incentivar ações de inclusão e acessibilidade aos estudantes e profissionais da UEA.

Através da análise do Quadro 1 é possível perceber que as universidades estaduais têm investindo em extensão e em pesquisas na área da surdez e da Linguagem Brasileira de Sinais. A USP se destaca por oferecer bancas traduzidas em Libras para seus estudantes de graduação e pós-graduação. Em relação a UNESP, pode-se realçar a existência de cursos voltados para a comunidade surda, que não são de Letras/Libras, como o curso de extensão de Teatro em Libras e o curso de especialização em Educação Especial na área de Deficiência Auditiva/Surdez. Por fim, na UEA existe dois projetos de extensão: Núcleo de Libras e Escola de Libras; e um grupo de pesquisa.

Ademais, é realizado um levantamento das mesmas informações nas universidades federais pertencentes ao grupo das dez melhores universidades federais do Brasil, segundo o Ranking Universitário da Folha de 2019.

Quadro 2 – Ações de pesquisa e promoção de inclusão dos alunos surdos nas universidades federais pertencentes ao grupo de melhores universidades brasileiras, conforme Ranking Universitário da Folha de 2019 (RUF).

Universidade	Projetos de Extensão	Grupos de Pesquisa	Outras Ações
UFRJ	Projeto Surdos-UFRJ ¹⁸	GEPeSS -Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Surdez	Não foi encontrado
UFMG	ProTILS: Projeto de Capacitação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais ¹⁹	GEINE – Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais ²⁰ NELiS- Núcleo de Estudo em Libras, Surdez e Bilinguismo ²¹	Os vídeos de eventos relacionados a Libras estão no canal da universidade no Youtube.
UFRGS	Cultura Surda: TV Brincar ²²	NAPNES -Núcleo de Pesquisa e Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais ²³	Incluir- Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS ²⁴ Curso de Pedagogia Bilíngue EAD.
UFSC	“Inclusão e acessibilidade: ações de	NALS- Núcleo de Aquisição de Língua de Sinais ²⁶	Possui um portal de Libras na Internet, com os cursos, biblioteca,

¹⁸Projeto de extensão da UFRJ que visa a inclusão social do surdo, através de cursos para alunos surdos, cursos para intérpretes, criação de material didático etc.

¹⁹Projeto de extensão da UFMG voltado a capacitação de profissionais de Libras.

²⁰ Grupo de estudo da UFMG que pesquisa a educação inclusiva para os alunos surdos em todos os níveis educacionais.

²¹ Promove pesquisas sobre surdez e Libras na UFMG, oferta eventos para os profissionais da área e apoio os estudantes interessados.

²² Ação de extensão da UFRGS voltada para a produção de vídeos apresentados em Libras, voltado ao público infanto-juvenil.

²³ Grupo de estudo da UFRGS que visa a inclusão social de pessoas deficientes através da educação, tecnologia e profissionalização.

²⁴ Site da UFRGS no qual os alunos surdos podem encontrar informação sobre a acessibilidade na universidade, materiais didáticos adaptados, solicitar atendimento etc. O site possui texto em português e vídeos em Libras. Ele não é apenas para surdos, abrangendo outros tipos de deficiência.

	educação e saúde no contexto da surdez” TILSJUR- Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais na Esfera Jurídica ²⁵		glossários, entre outros recursos disponíveis em Libras através de vídeos. A universidade promove diversos eventos sobre a cultura surda e possui um portal próprio para esses eventos.
UFPR	NEL - Núcleo de Ensino de Libras ²⁷	Não encontrado	“Papo com Libras” ²⁸ Programa UFPR híbrida ²⁹ Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (Napne) ³⁰
UNB	Círculo de Cultura Surda da UnB ³¹	Laboratório de Educação de Surdos e Libras (Labes-Libras) ³²	Coordenadoria de Atendimento do Decanato de Gestão de Pessoas (Coate/DGP) da universidade oferece serviços em Libras. Em 2018, a universidade elaborou o texto da Política de Acessibilidade da UnB
UFPE	Escrita, Cultura e Lazer: Português para Surdos como Segunda Língua ³³ INCLUBIO – O Ensino de Biologia e a Inclusão do Aluno com Deficiência ³⁴	LEMEI – Laboratório de Educação Musical Especial e Inclusiva ³⁵	O site da universidade é acessível em Libras

Fonte: Quadro construído por elaboração própria a partir de dados disponibilizados nos sites institucionais das universidades.

Assim como as universidades estaduais, as federais estão investindo em ações voltadas para a pesquisa, a extensão e a inclusão dos estudantes surdos. Das universidades ofertadas a UFPR é uma das únicas que não apresenta grupo de pesquisa relevante na área, mas conta com projeto de extensão (Núcleo de Ensino em Libras) e outras ações como o Papo em Libras e o Programa UFPR Híbrida.

²⁶ O núcleo da UFSC objetiva dá espaço para grupos de pesquisas da área, com laboratórios, materiais de pesquisa, promoção de eventos, etc.

²⁵ Projeto de extensão da UFSC que divulga o conhecimento jurídico em Libras para as pessoas surdas

²⁷ Projeto de extensão da UFPR que ensina Libras como segunda língua a comunidade.

²⁸ Encontros onde alunos surdos e alunos e profissionais ouvintes interagem, sendo que os ouvintes aprendem um pouco de Libras.

²⁹ Programa da UFPR que visa misturar aulas presenciais e online para comunidade surda e ouvinte.

³⁰ Núcleo que oferece assistência aos alunos deficientes da universidade.

³¹ Projeto de extensão que já promoveu amostras de animações sobre a cultura surda.

³² Grupo com um caráter exclusivamente acadêmico e visando o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão por meio de um conjunto de ações voltadas para a educação de surdos.

³³ O objetivo do projeto é promover o ensino do português como segunda língua para os surdos, com o uso de elementos do universo da cultura e do lazer.

³⁴ Projeto que visa ensinar Biologia para alunos com deficiência e preparar os futuros professores para o desafio de lidar com esses alunos.

³⁵ Grupo de Pesquisa da UFPE que busca produzir pesquisas sobre a música como instrumento de inclusão.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é um estudo de caso, o qual tem como objeto a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A pesquisa se limitou a essa universidade por ela ser a maior multicampi do país e uma instituição nova, tendo apenas 18 anos de criação. Em relação aos fins é classificada como descritiva. Conforme Barbosa e Miki (2007, p. 24), “a pesquisa descritiva é caracterizada pela não intervenção do pesquisador, usando os dados da maneira como foram coletados”.

No desenvolvimento da pesquisa são utilizados tanto referências bibliográficas, como obras que abordam os temas políticas públicas e inclusão, e documentais, como editais de vestibular e sites institucionais das universidades, quanto entrevistas para analisar as políticas públicas de inclusão dos surdos dentro da Universidade do Estado do Amazonas na cidade de Manaus. Considerando os instrumentos de pesquisa utilizados, o estudo é classificado como qualitativa, pois os dados coletados não foram numéricos e buscou-se retratar as experiências particulares dos entrevistados.

Em relação aos dados coletados, a análise é feita pela interpretação das respostas. No que diz respeito a análise de dados, as informações encontradas serão analisadas e explicadas de acordo com o objetivo da pesquisa.

De acordo com a lista de aprovados no vestibular de 2018 e 2019, nesses anos 28 alunos surdos foram aprovados na UEA, sendo que destes 11 estudam nas escolas superiores de Manaus. Em relação aos intérpretes de Libras, a universidade conta com 16 profissionais atuantes tanto no interior quanto na capital. Em Manaus há o total de 6 intérpretes nas unidades.

A entrevista foi realizada com os 4 intérpretes da UEA em Manaus, que estão divididos em duas unidades: Escola Superior de Saúde (ESA) e Escola Normal Superior (ENS), as quais são as únicas escolas da universidade em Manaus que contam com esse serviço. A Escola Superior de Tecnologia (EST) possui um aluno surdo, porém este não tem o acompanhamento de intérprete, por opção do próprio.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Analisando os resultados expostos nas tabelas comparativas, percebe-se que a UEA está tentando aumentar a entrada de alunos deficientes na universidade. As cotas para pessoas com deficiência que eram de 5% passaram para 10%. A porcentagem anterior satisfazia a legislação estadual, Lei 4.605/18, porém não atingia o proposto pela lei federal. O aumento do número de cotas garante o maior acesso de pessoas com deficiência à universidade, porém não assegura que esses alunos tenham o devido tratamento dentro dela.

Em 2011, através da Resolução N° 010 – CONSUNIV, foi criado o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas (PIAPNE –UEA). A finalidade do programa é

assegurar ações para garantia da inclusão e acessibilidade dos estudantes e funcionários portadores de deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio de apoio e orientação às ações acessíveis de ensino, pesquisa, extensão, serviços e infraestrutura, possibilitando condições básicas de acesso, permanência e sucesso nas ações institucionais (UEA, 2011).

Em relação aos alunos surdos, o PIAPNE busca promover Núcleos de Acessibilidade; ampliar o acesso às informações através da tradução para Libras; e contratar profissionais de Libras qualificados, tanto para sala de aula, quanto para interpretar e/ou traduzir textos. Essas diretrizes estão em conformidade com o previsto no Decreto n° 5.626/05. O PIAPNE garante bolsas de tutoria para os estudantes que se propõem a auxiliar os alunos deficientes na universidade, contudo no site institucional da UEA não é possível encontrar editais para seleção. Apesar de propor mais inclusão e acessibilidade, esse programa é pouco explorado no ambiente universitário da UEA.

A Escola Normal Superior é a única que possui uma sala de acessibilidade. Segundo o intérprete, a função desta sala é fornecer apoio aos alunos e funcionários surdos da unidade. Existe um intérprete próprio para esta sala, sendo que suas funções são: traduzir textos, fornecer informações para os alunos, acompanha-los a lugares como secretária, diretoria e coordenações dos cursos. Além disto, o núcleo promove eventos, palestras, simpósios e cursos sobre a cultura e identidade surda. Os intérpretes da Escola Superior de Saúde não possuem sala própria, não havendo a existência de um núcleo de acessibilidade na escola.

Os projetos de extensão da UEA voltados para o ensino e o desenvolvimento da linguagem Libras foram criados por profissionais da ENS. O Núcleo de Libras aceita apenas alunos bolsistas que já são conhecedores de Libras, para exercer atividades como: tradução de matérias, auxílio aos professores em sala de aula, desenvolvimento de software para facilitar o aprendizado dos alunos surdos, tradução e interpretação em Libras, edição de vídeos e design

gráfico. O edital do ano de 2019 foi lançado em 25 de fevereiro, contudo no dia 27 de março, a pedido do coordenador do projeto, foi revogado.

O outro projeto de extensão da UEA, Escola de Libras, também é uma iniciativa da Escola Normal Superior. A Escola oferece cursos, minicursos, palestras, entre outros eventos voltado para a educação em Libras e a cultura surda. Esses cursos são ofertados geralmente na ENS e são abertos para a comunidade.

Em relação a pesquisa, a UEA possui um grupo de estudo “GEPELISA – Grupo de Estudo e Pesquisa em Língua de Sinais na Amazônia”. O grupo é um dos pioneiros no estado do Amazonas. O foco do GEPELISA é o estudo da linguagem de sinais dentro do contexto amazônico, no viés linguístico, educacional e social. O grupo busca agregar conhecimento ao ensino de Libras como primeira e segunda língua para a população. No Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) constam seis dissertações de pesquisadores da UEA com o tema voltado para a surdez e o ensino de Libras. A maioria trata sobre a educação dos surdos e escola inclusiva.

Os alunos surdos que ingressam na universidade podem optar por ter ou não intérpretes de Libras acompanhando-o na sala de aula. Quando eles escolhem não ter esse profissional, devem assinar um termo de dispensa de serviço de tradutor e intérprete. Caso prefiram ter essa assistência, a reitoria da UEA contrata um profissional de Libras para o aluno. Essa contratação não ocorre por meio de concurso público, como acontece com a maioria dos cargos universitários, mas por credenciamento. A reitoria faz um termo de contrato com o intérprete que tem a duração de seis meses, podendo ser renovado ou não. A não renovação pode partir de ambos os lados, tanto o profissional pode escolher não continuar prestando serviços a universidade, quanto a UEA pode encerrar o contrato se o intérprete não apresentar documentação que comprove sua qualificação. Cabe ressaltar que o intérprete de Libras precisa fazer cursos regularmente para estar a par das mudanças que ocorrem na linguagem de sinais.

A modalidade de credenciamento não dá muitas garantias ao trabalhador, além disso os entrevistados queixam-se de problemas no pagamento. Essas situações favorecem para a insatisfação com o trabalho, causando encerramento de contratos. A contratação de uma nova pessoa demora, visto que é necessário elaborar um edital. O edital prevê duas etapas para a contratação de intérprete: análise documental e curricular e entrevista com o candidato. Ao todo o processo seletivo dura cerca de um mês. Caso não haja um substituto para o intérprete,

o estudante fica sem assistência necessária durante este período, o que pode afetar seu rendimento.

Os interrogados esclarecem que sua função é traduzir e interpretar as falas dos professores e dos alunos não apenas no ensino em sala de aula, mas também em tudo relacionado a educação superior do estudante, como idas à secretária, protocolo, entre outros. Os intérpretes também assumem a função de informar aos professores do curso sobre a cultura e a identidade surda, visando o maior esclarecimento sobre a forma em que se dá a educação do aluno. A carga horária deste grupo é de oito horas por dia, que resultam em quarenta horas semanais. Contudo muitas vezes eles ultrapassam essas horas, devido a atividades dos alunos. Quando isto ocorre, eles não recebem horas extras.

Existe na UEA uma Coordenação de Acessibilidade, uma das funções dessa coordenação é dar apoio aos intérpretes de Libras, entretanto nem todos os profissionais estão satisfeitos com esse serviço. Cerca de 33% dos entrevistados, reclamam da falta de assistência da coordenação, que não os ajuda a solucionar questões ligadas ao seu trabalho. Sem a presença ativa da coordenação, esses profissionais se encontram sem representante. Cabe salientar que os intérpretes não participam da escolha do coordenador.

Os relatos dos entrevistados foram bem esclarecedores para entender o processo de inclusão dos estudantes surdos dentro da UEA. O papel da instituição de ensino no processo de inclusão dos alunos surdos, de acordo com o Decreto n° 5.626/05, deve ser mais abrangente que apenas a introdução de um intérprete de Libras em seu quadro, é necessário que haja uma infraestrutura adequada pra receber esses estudantes, com material didático e pessoas capacitadas em diversos pontos da instituição. Porém, este não parece ser o caso da UEA. Segundo os dados coletados, a universidade se preocupa apenas em colocar um intérprete em sala de aula e garantir que ele esteja lá. Muitos intérpretes possuem a formação necessária para a profissão, porém não têm conhecimento profundo sobre o curso de graduação do aluno, o que pode dificultar a tradução, pois existem termos específicos que eles podem não conhecer.

Nas unidades estudadas (ESA e ENS) não é fornecido material didático traduzido para suprir as necessidades dos alunos. Os materiais disponíveis, em sua maioria, são traduzidos pelos próprios intérpretes da universidade. Isso é uma desvantagem para o aluno surdo, pois enquanto os alunos ouvintes têm acesso a todo o material dado em sala de aula, eles apenas possuem o que foi traduzido. O próprio site da UEA não possui tradução em Libras em seus

informativos, deixando esses estudantes excluídos virtualmente. Essa tradução é importante, pois a primeira língua desses estudantes é a Libras e muitos deles têm dificuldade em aprender o português.

Ademais, consoante com os relatos, a universidade não oferece uma infraestrutura pessoal adequada aos alunos surdos. Em ambas unidades não existe pessoas fluentes em Libras nas diretorias, coordenações, protocolo e secretárias para se comunicar com os estudantes, sendo assim este contato depende basicamente do intérprete para ocorrer. O mesmo ocorre nas cantinas e nos restaurantes universitários (RU), onde os intérpretes geralmente não acompanham os alunos por se tratar de um tempo de repouso dele. Logo sem o apoio do intérprete de sala de aula, o estudante fica isolado numa unidade na qual poucos servidores têm a capacidade de se comunicar com eles. Na reitoria na UEA, da mesma forma que as unidades, são poucas as pessoas que falam Libras; caso o estudante tenha algum problema para resolver na reitoria, ele encontrará muita dificuldade de comunicação, isso contribui para que as dificuldades do aluno não encontrem solução de maneira rápida, o que pode causar frustração e insatisfação.

Em relação ao apoio dos professores dos cursos, as opiniões dos entrevistados foram controversas. Um terço dos entrevistados acredita que os professores dão assistência ao intérprete e ao aluno surdo, procurando adequar suas aulas. Porém 67% julga que os professores não se esforçam em fazer aulas mais inclusivas. Apesar da presença do intérprete, o aluno surdo precisa também que o professor do curso ajude-o durante as classes. É aconselhável que essas aulas contem com recursos visuais para que estes estudantes consigam formar na sua mente imagens sobre o conteúdo. Os entrevistados presumem que uma das razões para essa falta de apoio seja o desconhecimento sobre a cultura e a identidade surda pelos professores. Sem uma aula adaptada o trabalho do intérprete fica mais árduo e o aluno conta apenas com a tradução para acompanhar as aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade, sendo uma instituição da sociedade, é um reflexo dela. Ainda no século XXI vivemos em uma sociedade desigual, na qual as minorias se sentem subjugadas pela maioria política. Sobre essa relação sociedade-universidade, Chauí argumenta que

a sociedade brasileira é uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas e gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e

culturais. Isso faz que a vocação científica tenda a reforçar a exclusão social. (CHAUI, 2001, p. 123)

A história da sociedade brasileira é marcada por um grande desequilíbrio social, este fenômeno atinge todas as áreas sociais, inclusive a educação. Cabe ao Estado, através das políticas públicas, diminuir esta desigualdade e fornecer condições de vida iguais para todos. O grupo das pessoas deficientes se encontra nessas minorias, que tiveram que lutar ao longo dos anos para ter seus direitos garantidos.

A educação é um dos direitos básicos dos cidadãos e deve ser garantida a todos. Segundo Silva e Silva (2011, p. 1), uma instituição educacional para ser considerada inclusiva precisa “ser organizada, devendo ainda oferecer alternativas pedagógicas que atendam às características peculiares de cada aluno, prevalecendo assim, o respeito à diversidade.”

A maioria dos intérpretes acredita que a UEA até o presente momento não pode ser considerada uma universidade inclusiva. A universidade faz pequenos avanços na área, porém ainda falta muito para que os alunos surdos sejam atendidos em relação as suas necessidades de forma absoluta. A maioria das críticas está voltada para a quantidade insuficiente de profissionais de Libras, falta de materiais didáticos traduzidos e problemas nos pagamentos dos intérpretes.

Para a UEA ser considerada uma universidade inclusiva, é necessário fazer mais que apenas oferecer cotas e intérpretes para seus alunos surdos. Toda a infraestrutura física e pessoal da instituição deve estar preparada para receber todos os estudantes, independente da minoria que ele pertença. Desde a portaria até a direção precisam estar organizados para atender todo o público. A UEA será totalmente inclusiva não quando atender a maioria dos seus estudantes, mas sim quando acolhê-los em sua totalidade, sem deixar nenhum excluído.

6 RECOMENDAÇÕES

Em comparação com as melhores universidades do Brasil, segundo o Ranking Universitário da Folha de 2019 (RUF), a UEA tem uma atuação comparada com algumas universidades importantes no país. É necessário investir mais nos projetos de extensão existentes e em pesquisas nessa área, assim além de contribuir com a educação dos seus alunos surdos, a universidade pode colaborar com a comunidade.

Com o aumento do número de cotas para alunos deficientes, a UEA precisa:

- Criar o cargo de intérprete de Libras para que possa ocorrer concursos públicos para este cargo;
- Aumentar o seu número de intérpretes de Libras para atender esse acréscimo de demanda;
- Conceder material didático traduzido;
- Ofertar palestras e cursos sobre a identidade e cultura surda para os professores para que eles possam compreender esses alunos e adaptar suas aulas;
- Desenvolver ou adquirir aplicativos para o auxílio na comunicação entre os alunos surdos e os professores e alunos ouvintes;
- Ter um funcionário que se comunique em Libras em cada setor da universidade.

Adaptando suas ações e com o apoio de seus funcionários a UEA caminhará para o caminho da inclusão.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO

AMAZONAS. **LEI ORDINÁRIA nº 4605, de 28 de maio de 2018**. Estabelece Normas Gerais para Realização de Concurso Público pela Administração Direta, Autárquica e Fundacional Nno Estado. Manaus: Assembleia Legislativa [2018]. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/10104/10104_texto_integral.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 142, nº 246, pag 28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 138, nº 244 - E, pag 2, 20 dez. 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 139, nº 79, pag 23, 25 abr.2002.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe Sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 149, nº 169, pag 1, 30 ago.2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, ano 153, nº 127, pag 2, 7 jul.2015.

LIVROS E ARTIGOS

BARBOSA, Walmir de Albuquerque; MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. *Metodologia da Pesquisa*. 1 ed. UEA Edições, 2007

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.

FERES JÚNIOR, João. *Ação Afirmativa: Política Pública e Opinião*. Sinais Sonoros, Rio de Janeiro, vol 3, n 8, 2008

CABRAL FILHO, Adair; HUCK, Yanna. *Manual do Administrador Público*. 1 ed. Editora Valer, 2007

FOSTER, Susan.; LONG, Gary.; SNELL, Karen. *Inclusive instruction and learning for deaf students in postsecondary education*. Journal of Deaf Studies and Deaf Education, Oxford, v.4, n.3, p.225-235, Summer, 1999.

KANAANE, Roberto, FIEL FILHO, Alécio, FERREIRA, Maria das Graças. *Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas*. 1 ed. Editora Atlas, 2010.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. *Portadores de Deficiência: a Questão da Inclusão Social*. São Paulo Perspectiva. São Paulo, vol 14, n 2, 2000.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão. *Política Pública de Inclusão Educacional: Desafios e Perspectivas*. Educar em Revista, Curitiba, n 23, 2004.

MONTEIRO, Myrna Salerno. *História dos Movimentos dos Surdos e o Reconhecimento da Libras no Brasil*.ETD- Educação Temática Digital, Campinas, vol 7, n 2, 2006.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ermani. *História da Educação dos Surdos no Brasil*. Seminário de Pesquisa do PPE. Maringá, 2015.

SILVA, Inalmir Bruno Andrade da. SILVA, Humberto de Medeiros. *Educação Inclusiva: perspectivas para a melhoria da educação para todos*. V Encontro de ensino pesquisa e extensão da Faculdade Senac, 2011.

INTERNET

AÇÃO de extensão divulga vídeos educacionais em Libras. **Site Institucional da UFRGS**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/acao-de-extensao-divulga-videos-educacionais-em-libras-no-youtube/>. Acesso em: 16 nov. 2019

BRASIL. IBGE. *Estatísticas de Gênero*. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4643>. Acesso: 03 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Evolução da educação especial no Brasil*. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Pedagógica ENEM 2011-2012*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Relat%C3%B3rio+Pedag%C3%B3gico+Enem+2011-2012/b29257e3-2a6c-44a3-992a-02130c379ba9?version=1.2>. Brasília, 2015. Acesso em: 28 jul. 2019.

CENTRAL TILS. **Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Estadual de Campinas**. Disponível em: https://www.prg.unicamp.br/?page_id=2975. Acesso em 12 set. 2019.

CREVILARI, Vinicius. Quase 30 milhões de brasileiros sofrem de surdez. **JORNAL DA USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/quase-30-milhoes-de-brasileiros-sofrem-de-surdez/>. Acesso em: 28 jul. 2019.

EQUIPE GEMAA. O Que São Ações Afirmativas? **GEMAA**. Dados. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 04 ago. 2019.

GRUPO de estudos da USP discute educação de alunos surdos. **Portal MEC**, [S. l.], 15 set. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/222-noticias/537011943/54491-aluna-surda-passa-por-primeira-banca-da-usp-toda-traduzida-em-lingua-de-sinais>. Acesso em: 12 set. 2019.

GRUPO de pesquisa: a inclusão da pessoa com deficiência e os contextos de aprendizagem e desenvolvimento. **Site Institucional da UNESP**. Disponível em: https://www2.unesp.br/portal#!/observatorio_ses/pesquisas/grupos-de-estudos-e-pesquisas/. Acesso em: 16 nov. 2019

INSTITUTO DE PSICOLOGIA – UNB. **Círculo de Cultura Surda**. Extensão. Disponível em: http://www.ip.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=459&Itemid=465. Acesso em: 16 set. 2019.

KIFFER, Danielle. Projeto promove inclusão científica de surdos. **FAPERJ**, [S. l.], 15 jul. 2015. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=2967.2.8>. Acesso em: 13 set. 2019.

LEME, Luiz Gustavo. Curso de Teatro em Libras é oferecido pela Unesp. **Site Institucional da UNESP**, [S. l.], 9 maio 2017. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br#!/noticia/1889/curso-de-teatro-em-libras-e-oferecido-pela-unesp/>. Acesso em: 12 set. 2019.

LIMA, Maria Elisabete. Especialização em Educação Especial na área de Deficiência Auditiva/Surdez. **Site Institucional da UNESP**, [S. l.], 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/redefin/cursos/especializacao-em-educacao-especial-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 12 set. 2019.

MORAES, Isabela. Projeto da EACH que Ensina Libras Pode Chegar ao Campus. **Jornal do Campus USP**. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/07/projeto-da-each-que-ensina-libras-pode-chegar-ao-campus/>. Acesso em 16 nov. 2019

NAPNE. **Portal PROGRAD UFPR.** Disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/cepigrad/napne/>. Acesso em: 16 set. 2019.

OLIVEIRA, Carolina. Grupo de estudos da USP discute educação de alunos surdos. **Agência Universitária de Notícias**, [S. l.], 22 abr. 2015. Disponível em: <http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=6712&ed=1171&f=5>. Acesso em: 12 set. 2019.

OMS: 1,1 Bilhão de Pessoas Podem Ter Perdas Auditivas Porque Escutam Música Alta. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-11-bilhao-de-pessoas-podem-ter-perdas-auditivas-porque-escutam-musica-alta/>. Acesso em: 16 nov. 2019

“PAPO com Libras” aproxima aluno surdo e colegas interessados em aprender a língua brasileira de sinais. **Portal UFPR**, [S. l.], 7 ago. 2018. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/papo-com-libras-aproxima-aluno-surdo-e-colegas-interessados-em-aprender-a-lingua-brasileira-de-sinais/>. Acesso em: 16 set. 2019.

PESQUISA sobre educação matemática e inclusão. **Site Institucional da UNESP**. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/14644/pesquisas-sobre-educacao-matematica-e-inclusao/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PROExC UFPE. **Programas e Projetos**. Pró-reitora de Extensão e Cultura. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/projetos>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PROGRAMA UFPR híbrida oferece vivências formativas com acessibilidade para a comunidade surda. **Portal PROGRAD UFPR**, [S. l.]. Disponível em: <http://www.prograd.ufpr.br/portal/blog/informativo/programa-ufpr-hibrida-oferece-vivencias-formativas-com-acessibilidade-para-a-comunidade-surda/>. Acesso em: 16 set. 2019.

PROJETO da UEA cria roteiro turístico inclusivo no Inpa para pessoas surdas. **Jornal A Crítica**, [S. l.], 7 maio 2019. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/projeto-da-uea-cria-roteiro-turistico-inclusivo-no-inpa-para-pessoas-surdas>. Acesso em: 13 set. 2019.

PROJETO oferece 12 atendimentos de audiometria para estudantes surdos da UFSC. **Site Institucional da UFSC**, [S. l.], 6 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/05/projeto-de-extensao-oferece-12-atendimentos-de-audiometria-para-estudantes-surdos-da-ufsc/>. Acesso em: 13 set. 2019.

PROPESP UEA. **Grupos Certificados**. Pesquisa. Disponível em: http://propesp.uea.edu.br/?page_id=556. Acesso em: 16 nov. 2019.

RANKING de Universidades 2019. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <https://folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 20 out. 2019.

TEDE. **Universidade do Estado do Amazonas**. Página Inicial. Disponível em: <http://tede.uea.edu.br/>. Acesso em: 18 nov. 2019

UEA oferece cursos de Libras gratuito em Manaus. **G1 AM**. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/uea-oferece-curso-de-libras-gratuito-em-manaus.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UFMG. **Grupos de Pesquisa**. Pesquisa e Inovação. Disponível em: <https://ufmg.br/pesquisa-e-inovacao/grupos-de-pesquisa>. Acesso em: 16 nov. 2019.

UFMG. **ProTILS – Projeto de Capacitação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais**. Início. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/?web=protils. Acesso em: 13 set. 2019.

UFPR. **NEL – Núcleo de Ensino de Libras**. Home. Disponível em: <http://www.letraslibras.ufpr.br/nel/>. Acesso 13 set. 2019.

UFRGS. **Incluir – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS**. Histórico. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/institucional/historico/>. Acesso em: 13 set. 2019.

UFRGS. **Incluir – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS**. Início. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/>. Acesso em 13 set. 2019.

UFRGS. **Incluir – Núcleo de Inclusão e Acessibilidade UFRGS**. Notícias. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/incluir/faced-inicia-turma-de-pedagogia-bilingue-ead/>. Acesso em: 13 set. 2019.

UFRJ. **GPeSS- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez**. Quem Somos. Disponível em: <https://gepessufrj.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 12 set. 2019.

UFSC. **NALS**. Sobre o NALS. Disponível em: http://nals.cce.ufsc.br/?page_id=65. Acesso em: 16 nov. 2019.

UFSC. **Portal Libras**. Início. Disponível em: <https://libras.ufsc.br/>. Acesso em: 13 set. 2019.

UFSC. **Programa de Extensão TILSJUR**. Apresentação. Disponível em: <https://tilsjur.paginas.ufsc.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

UNB NOTÍCIAS. **Laboratório de Educação de Surdos e Libras**. Últimas. Disponível em: <https://noticias.unb.br/component/agenda/agenda/1362>. Aceso em: 16 set. 2019.

UNICAMP. **GESTEC - Grupo de Estudos Surdos e Novas Tecnologias**. GESTEC. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/gestec.htm>. Acesso em: 12 set. 2019.

UNICAMP. **TAS: Tecnologia Assistiva para Surdos**. Sobre. Disponível em: <http://www.tas.fee.unicamp.br/?q=sobre>. Acesso em: 12 set. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB (DF). **EDITAL Nº 1 – PAS/UnB – SUBPROGRAMA 2019, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019**. [S. l.], 25 set. 2019. Disponível em: https://cdn.cebraspe.org.br/pas/arquivos/ED_1_PAS_1_2019-2021_abertura.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS – UNICAMP (SP). **Resolução Vestibular Unicamp 2020**. Disponível em: http://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2019/07/Edital-VU-2020_30-07.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP (SP). **Resolução CoG nº 7753, de 26 de junho de 2019.** Estabelece normas para o Concurso Vestibular FUVEST 2020 da Universidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 26 jun. 2019. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-7753-de-26-de-junho-de-2019>. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA (AM). **ADITAMENTO N. 04/2019 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 01/2015 - GR/UEA.** [S. l.], 13 mar. 2019. Disponível em: <http://xfiles.uea.edu.br/data/xselecao/1681.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA (AM). **EDITAL DE REVOGAÇÃO DE 21 DE MARÇO DE 2019 AO EDITAL Nº 020/2019 – GR/UEA.** [S. l.]. Manaus, 21 mar. 2019. Disponível em: <http://xfiles.uea.edu.br/data/xselecao/1872.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA (AM). **EDITAL Nº 020/2019 – GR/UEA.** Seleção De Bolsistas Que Atuarão No Período De Abril/2019 A Março/ 2020 No Projeto De Extensão Núcleo De Libras Da Escola Normal Superior – Ens/Uea. Manaus, 25 fev. 2019. Disponível em: <http://xfiles.uea.edu.br/data/xselecao/1463.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA (AM). **EDITAL Nº 072/2019 – GR/UEA.** Concurso Vestibular 2019, Acesso 2020, Da Universidade Do Estado Do Amazonas. Manaus, 9 jul. 2019. Disponível em: <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTEyNzc5Mw%3d%3d>. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA (AM). **RESOLUÇÃO Nº 010/2011 –CONSUNIV.** Cria o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas PIAPNE –UEA. Manaus, 21 jun. 2011. Disponível em: <http://data.uea.edu.br/ssgp/area/1/res/601-11.pdf>. Acesso: 17 nov. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (SP). **Portaria Unesp nº 12 de fevereiro de 2014.** [S. l.], fevereiro 2014.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JULIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP (SP). **RESOLUÇÃO UNESP Nº 48 , DE 27 DE JUNHO DE 2019.** Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp 2020 e dá outras providências. São Paulo, 27 jun. 2019. Disponível em: <https://documento.vunesp.com.br/documento/stream/MTEyNzQ5Mw%3d%3d>. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG (MG). **EDITAL DO CONCURSO VESTIBULAR UFMG 2020 – HABILIDADES.** [S. l.], 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2019/Edital%20Habilidades.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE (PE). **RESOLUÇÃO Nº 21/2019.** Aprova Edital do Processo Seletivo Vestibular – UFPE 2020.1, referente aos cursos

presenciais de Dança/Licenciatura, Música/Bacharelado – Canto, Música/Bacharelado – Instrumento e Música/Licenciatura da Unidade Acadêmica de Recife, 29 out. 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40780/2484559/resolu%C3%A7%C3%A3o+e+edital/661afb35-573c-4f5f-a1bd-4019324b2c71>. Acesso em 6 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC (SC). **EDITAL Nº 014/2019**. [S. l.], 10 set. 2019. Disponível em: http://vestibular2020.paginas.ufsc.br/files/2017/08/Edital-014_-2020_-final_-2020.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR (PR). **EDITAL Nº 62/2019 – NC/PROGRAD**. [S. l.], 26 jul. 2019. Disponível em: <http://portal.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=1275>. Acesso em: 6 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (RJ) - UFRJ. **EDITAL Nº 765 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. ACESSO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO 2020**. Rio de Janeiro, 1 nov. 2019. Disponível em: https://acessograduacao.ufrj.br/processos/2020-1/acesso-2020/editais-acesso-2020/2020-Edital_765-2019-Acesso_Geral.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS (RS). **EDITAL DE 09 DE AGOSTO DE 2019. CONCURSO VESTIBULAR DE 2020**. Porto Alegre, 9 ago. 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/vestibular-2020/Edital%20CV%202020.pdf/view>. Acesso em: 27 set. 2019.

VIEIRA, Vanessa. DGP oferece atendimento em Libras para surdos. **UnB Notícias**, [S. l.], 2 jan. 2018. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/1765-dgp-oferece-atendimento-em-libras-para-surdos>. Acesso em: 16 set. 2019.